

ARTICLE



REVISTA
COLETA CIENTÍFICA

Comparative Analysis of Cooperative Structures in Colombia and Brazil: Lessons and Perspectives

Análise comparativa das estruturas cooperativistas na Colômbia e no Brasil: lições e perspectivas

Carla Fernanda Paz de Oliveira¹

 <https://orcid.org/0009-0009-0930-1508>

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, MG, Brasil

E-mail: carla.fernanda@ufvjm.edu.br

Informações da publicação

ARK: [24285/RCC.v9i19.274](https://nbn-resolving.org/urn:nbn:br:RCC.v9i19.274)

ISSN: 2763-6496

Palavras-chave:

Cooperativismo.
Interação.
América Latina.

Keywords:

Cooperativism.
Interaction
Latin America.

Abstract

This bibliographic review aims to carry out a comparative analysis of the cooperative structures present in Colombia and Brazil. Through this comparison, we seek to identify lessons learned and future perspectives for the development of these cooperative organizations in both countries. Through a bibliographic review of existing research on the subject, it is intended to deepen knowledge about organizational structures, management models, public policies and the characteristics that influence the success and growth of these cooperatives in both countries. Therefore, this work contributes to the understanding of the particularities and similarities of these cooperative structures, in addition to providing subsidies for the elaboration of strategies and actions that aim to strengthen and promote the sustainable development of these organizations in both countries.

Resumo

Esta revisão bibliográfica tem como objetivo realizar uma análise comparativa das estruturas cooperativistas presentes na Colômbia e no Brasil. Por meio dessa comparação, busca-se identificar as lições aprendidas e as perspectivas futuras para o desenvolvimento dessas organizações cooperativas em ambos os países. Por meio de uma revisão bibliográfica em pesquisas já existentes sobre o tema, conhecimentos sobre as estruturas organizacionais, os modelos de gestão, as políticas públicas e as características que influenciam o sucesso e o crescimento dessas cooperativas em ambos os países são aprofundados. Portanto, este trabalho contribui para a compreensão das particularidades e semelhanças dessas estruturas cooperativas, além de fornecer subsídios para a elaboração de estratégias e ações que visem fortalecer e promover o desenvolvimento sustentável dessas organizações nos dois países.

¹ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais – UFVJM.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa das estruturas cooperativistas na Colômbia e no Brasil, buscando identificar semelhanças, diferenças e lições que possam ser aplicadas em ambos os países. A metodologia adotada nesta pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, que engloba a análise de estudos, artigos científicos e publicações relacionadas ao tema em questão.

Este artigo é direcionado a acadêmicos, pesquisadores e profissionais da área de economia, cooperativismo e desenvolvimento social. Além disso, gestores e membros de cooperativas, tanto na Colômbia quanto no Brasil, podem se beneficiar das informações e reflexões apresentadas neste estudo comparativo.

A organização econômica do cooperativismo é fundamentada na cooperativa, que atua em conformidade com valores e princípios pré estabelecidos globalmente, por meio da Aliança Internacional do Cooperativismo, visando oferecer melhores condições de vida para as pessoas e promover o desenvolvimento. O cooperativismo ganhou notoriedade como uma forma de organização econômica baseada na união de pessoas que possuem interesses comuns e se unem em cooperativas para produzir, vender e distribuir seus produtos.

Para que uma cooperativa possa operar alinhada aos ideais cooperativistas, é fundamental que os cooperados e os agentes colaboradores compreendam os princípios e valores do cooperativismo. Essa compreensão é essencial para que a cooperativa cumpra sua função de satisfazer as necessidades dos cooperados. O cooperativismo se caracteriza como um sistema econômico que tem na cooperação a base de suas atividades e na cooperativa a organização econômica responsável por colocar essas premissas em prática. (Pinho, 1962; Schneider, 2019; Namorado, 2013, como citados em Nied et al., 2022).

Segundo Reisdorfer (2014), uma cooperativa é uma associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam e administram empresas econômicas com o objetivo de satisfazer uma variedade de necessidades.

Considerando esse contexto, o presente estudo se propõe a realizar uma análise comparativa das estruturas cooperativistas na Colômbia e no Brasil, com o intuito de identificar semelhanças e diferenças nos modelos adotados, além de destacar lições e perspectivas que possam contribuir para o fortalecimento e o aprimoramento do cooperativismo em ambos os países. A compreensão das peculiaridades e das experiências de cada contexto nacional pode enriquecer o debate e fornecer subsídios para políticas públicas e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável do setor cooperativista.

Histórico do cooperativismo rural no Brasil e na Colômbia pós anos 2000

O cooperativismo rural é um modelo de organização e desenvolvimento econômico que busca promover a união e a cooperação entre produtores rurais, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e garantir melhores condições de vida para os agricultores. O ramo do cooperativismo rural ganhou destaque nos últimos anos, especialmente após os anos 2000, quando o cooperativismo passou a ser reconhecido como uma alternativa viável e sustentável para o desenvolvimento agrícola.

Nos últimos anos, tem havido um crescimento no número de cooperativas agrícolas no Brasil. O cooperativismo no meio rural tem sido essencial para impulsionar a agricultura familiar e buscar resoluções coletivas para as provocações enfrentadas pelos produtores rurais. As cooperativas atuam em diversos setores, como produção de leite, grãos, frutas, hortaliças, entre outros, e têm desempenhado um papel crucial na

valorização da produção, na comercialização conjunta e no aprimoramento da infraestrutura e da logística no campo. (Lúcio, 2007).

No entanto, é importante ressaltar que o histórico do cooperativismo no Brasil não é recente. No início do século XX, já existiam algumas cooperativas agrícolas no país, mas foi a partir da década de 1970 que houve um impulso significativo no movimento cooperativista. Nesse período, foram criadas diversas organizações de apoio e representação, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que contribuíram para o fortalecimento do setor. A partir dos anos 2000, com a implementação de políticas públicas de fomento ao cooperativismo e a ampliação do acesso ao crédito rural, o cooperativismo rural brasileiro obteve um crescimento expressivo e se consolidou como uma importante alternativa de desenvolvimento rural.

Na Colômbia, o cooperativismo rural também tem uma história significativa. Após os anos 2000, o país passou por transformações sociais e políticas que favoreceram o desenvolvimento do setor cooperativista. O governo colombiano implementou políticas de apoio ao cooperativismo rural, visando fortalecer a agricultura familiar e promover a inclusão social no campo. As cooperativas agrícolas surgiram para beneficiar os pequenos produtores rurais, oferecendo melhores condições de trabalho, acesso a recursos e mercados, e promovendo capacitação e educação cooperativa. Dessa forma, as cooperativas agrícolas surgiram como um modelo de organização que permitiu aos pequenos produtores rurais melhorar suas condições de trabalho, ter acesso a crédito, tecnologia e mercados, além de promover ações de capacitação e educação cooperativa. (Vargas, 2014, p. 298).

Assim como no Brasil, o cooperativismo rural na Colômbia também se expandiu em diferentes setores, como café, banana, leite, frutas, entre outros. Afirma-se que através da união e cooperação entre os produtores, as cooperativas vêm enfrentando os desafios do mercado com intuito de obter melhores resultados econômicos para seus associados, com isso, o cooperativismo tem contribuído para o desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos naturais, e a valorização da cultura local. (Morales, 2017).

Segundo Webering (2020), o cooperativismo rural emergiu como resposta às mudanças na agricultura moderna, reunindo produtores em prol da ajuda mútua e da troca de conhecimentos. A união desses profissionais tornou-se essencial para viabilizar investimentos, desde a compra de maquinário até o escoamento da safra, permitindo que os cooperados se adequassem às demandas do mercado.

Atualmente, tanto no Brasil quanto na Colômbia, o cooperativismo é reconhecido como uma estratégia central para o progresso do campo, uma vez que visa o fortalecimento do meio rural e gera impactos positivos na economia local, elevando a renda, a qualidade de vida e incentivando práticas ambientais sustentáveis. Entretanto, para consolidar esses avanços, é fundamental superar desafios remanescentes, tais como a necessidade de políticas públicas robustas, a ampliação do acesso ao crédito tecnológico e o investimento contínuo na organização e capacitação dos produtores rurais.

Políticas públicas para o cooperativismo rural: Brasil x Colômbia

Para Cançado et al. (2011), o cooperativismo internacional se consolida com a associação de pessoas baseada na ajuda mútua, empenho e nos princípios da liberdade, solidariedade e justiça, satisfazendo necessidades econômicas e sociais. As organizações coletivas e os arranjos institucionais são importantes nos mercados agrícolas dos países em desenvolvimento, pois organizam os pequenos agricultores para atenderem as demandas do mercado. (Fornazier & Waquil, 2013).

Seguindo ainda o pensamento de Fornazier e Waquil (2013), organizações

coletivas e arranjos institucionais ganharam importância nos mercados agrícolas em países em desenvolvimento para organizar pequenos agricultores e atender às demandas do mercado.

Escher (2013) relata que os agricultores familiares organizados por meio do cooperativismo têm poder econômico, uma vez que passam a adquirir legitimidade social, status e uma maior força política no território. Dada essa importância, cooperativas e associações da agricultura familiar são consideradas empreendimentos econômicos, nos quais são qualificadas para conduzir demandas referentes ao processo de comercialização para a sociedade e os mercados institucionais (Freitas, 2021).

Outrossim, o cooperativismo é enxergado como vantajoso para a inserção em novos mercados, já que além das contribuições de economia de escala, tem-se ainda a possibilidade de criação de marca única que envolvem produtos homogêneos com determinadas características, que permitam maior difusão desse produto nos circuitos de comercialização (Fornazier & Waquil, 2013).

Para Freitas (2021), no Brasil há inúmeras experiências de constituição e desenvolvimento de cooperativas na agricultura familiar, já que elas assumem papéis significativos na vida de seus associados, tornando-se por diversas vezes, o principal mecanismo de acesso a mercados.

As políticas públicas para o cooperativismo rural no Brasil e na Colômbia são abrangentes e abarcam diversos aspectos, como crédito, assistência técnica, acesso a mercados, capacitação e fortalecimento **institucional**. Ambos os governos têm como objetivo promover a cooperação e a organização dos agricultores em cooperativas, a fim de fortalecer o setor agrícola e melhorar as condições de vida dos produtores.

Ao se falar de políticas públicas brasileiras quanto ao cooperativismo, no Brasil há a Lei nº 5.764/1971², popularmente chamada de Lei do Cooperativismo, no qual estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil, que tem como objetivo fomentar e regular as atividades cooperativas, reconhecendo a importância desse modelo de organização econômica para o desenvolvimento social e econômico do país.

A "Lei do Cooperativismo" brasileira, estabelece ainda sobre a definição de Cooperativa, a definindo como uma sociedade de pessoas que possuem interesses comuns, que se organizam economicamente de forma democrática a fim de prestar serviços aos seus associados. Fala ainda sobre os Princípios Cooperativistas, além de estabelecer os requisitos e procedimentos para a formação e registro de cooperativas no Brasil, o qual inclui a necessidade de elaboração do estatuto social, realização de assembleias gerais, eleição de órgãos de administração e fiscalização, e registro junto aos órgãos competentes. Estabelece ainda a responsabilidade dos cooperados, bem como sobre os benefícios e incentivos fiscais.

No caso do Brasil, as políticas públicas e de crédito rural existem há décadas, com foco no fortalecimento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), com o objetivo de fornecer recursos e assistência técnica financeira aos produtores rurais. Essas iniciativas ajudam a promover o desenvolvimento rural, reduzir a pobreza e aumentar a produtividade agrícola do país (Bialoskorski Neto, 2016).

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), o PRONAF possui subprogramas que atendem segmentos específicos do setor rural, entre eles o PRONAF Agroindústria, que concede financiamento a agricultores e produtores rurais familiares,

2 LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo no Brasil, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm

sejam pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas. Segundo o BNDS, no PRONAF Cotas-Partes, os beneficiários do PRONAF têm a oportunidade de adquirir cotas relativas a cooperativas de produção rural e a aplicação das cooperativas em investimentos financeiros na forma de cotas.

Por meio da Portaria n. 129³, de 4 de julho de 2019, o MAPA instituiu o Programa Brasil Mais Cooperativo, que tem por objetivo promover o cooperativismo e o associativismo rural no Brasil, prestar assistência técnica profissional, gestores qualificados e incentivar a produção e comercialização nacional e internacional. A partir das ideias geradas, os profissionais da área de colaborações e associações são constantemente treinados. Entre os procedimentos a serem desenvolvidos estão a implementação de programas de educação, treinamento e reabilitação em cooperativas e associações rurais para técnicos, gerentes, empregados e familiares de controladas. Há também um impulso para a criação de redes produtivas, digitais e logísticas, conceitos que estão se tornando novos paradigmas que reforçam a institucionalidade e o associativismo.

O cooperativismo rural possui lugar de destaque na economia colombiana, pois desempenha papel crucial na promoção da inclusão social, desenvolvimento econômico sustentável e ainda na redução da pobreza nas áreas rurais, o que faz com que o governo colombiano reconheça a importância de tais organizações e com isso implemente estratégias específicas para apoiar seu crescimento.

A Colômbia pode ser analisada sob diferentes perspectivas e variáveis. No entanto, é preciso enfatizar que a eficácia dessas políticas depende de múltiplos fatores, como histórico, estrutura institucional, características da agricultura e sistema financeiro. O sistema cooperativista rural na Colômbia é baseado em políticas públicas específicas destinadas a fortalecer o setor, promover a inclusão social e promover práticas produtivas sustentáveis. O país reconhece a importância das cooperativas como agentes de mudança e busca garantir o acesso a recursos financeiros, tecnologia e capacitação para seu desenvolvimento.

Na Colômbia, a legislação que regulamenta o cooperativismo é a Lei n. 79 de 1988⁴, conhecida também como "Lei de Cooperativas". Tal lei estabelece o marco legal e regulatório para a criação, organização e funcionamento das cooperativas colombianas, definindo ainda princípios e normas que devem ser seguidos pelas cooperativas em termos de governança, participação dos cooperados, distribuição de resultados, entre outros aspectos.

A Lei n. 79 de 1988 estabelece os direitos e obrigações dos cooperados, além de regras para a formação e registro das cooperativas, normatiza ainda sobre processos de tomada de decisão, responsabilidades dos órgãos de administração e fiscalização, e também sobre mecanismos de auditoria e controle interno. A lei também normatiza quanto às questões tributárias, trabalhistas e de proteção social aplicáveis às cooperativas.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Colombiano (2018-2022), há várias metas relacionadas ao setor rural, no qual o fortalecimento do cooperativismo

3Portaria n. 129, de 4 de julho de 2019 - Institui o programa de governo Brasil Mais Cooperativo, define suas diretrizes, instrumentos de implementação, instâncias de gestão, e dá outras providências.

4 LEY 79 DE 1988 (Diciembre 23)- Reglamentada por el Decreto Nacional 468 de 1990. "Por la cual se actualiza la Legislación Cooperativa". El Congreso de Colombia. El propósito de la presente Ley es dotar al sector cooperativo de un marco propicio para su desarrollo como parte fundamental de la economía nacional. (LEI 79 DE 1988 (23 de dezembro) - Regulamentada pelo Decreto Nacional 468 de 1990. "Pelo qual se atualiza a Legislação Cooperativa". O Congresso Colombiano. O objetivo desta Lei é proporcionar ao setor cooperativo um quadro favorável ao seu desenvolvimento como parte fundamental da economia nacional. - Tradução própria). Disponível: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=9211>.

agrícola e pecuário tem grande importância, pois propõe o acesso a financiamento para projetos cooperativos, a promoção da comercialização conjunta, a melhoria da infraestrutura no campo e a capacitação técnica e empresarial para os membros das cooperativas. De mesmo modo, o Programa Nacional de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos, programa esse implementado pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável colombiano, busca fomentar o cooperativismo rural como uma estratégia para a conservação da biodiversidade e a proteção dos serviços ecosistêmicos. Tal programa promove a criação de cooperativas dedicadas à produção sustentável, como agroflorestas e sistemas de produção orgânica.

Integração como prática construtiva do cooperativismo entre Brasil e Colômbia

Em busca de uma conexão entre a integração regional e as estruturas cooperativistas, este estudo busca identificar os benefícios, desafios e potenciais sinergias na colaboração cooperativa entre Brasil e Colômbia. Para Braga e Figueiredo (2022) o subdesenvolvimento surge como consequência do desenvolvimento econômico nos centros de inovação tecnológica, sendo até mesmo uma condição necessária para esse progresso. Nesse sentido, na América do Sul, busca-se uma sociedade equitativa substituindo a competição capitalista pela cooperação, com desempenho de trabalho especializado e completar entre, sendo a que a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), busca promover essa integração regional e o desenvolvimento econômico e social.

De acordo com Figueiredo et al. (2023), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos CEPAL teve um papel significativo ao ressaltar a necessidade de uma unidade latino-americana no contexto de uma teoria do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Braga e Figueiredo (2022) destacam a importância da valorização dos Estados nacionais como elemento fundamental para superar o subdesenvolvimento econômico, especialmente quando se considera a integração dos países latino-americanos.

Quando analisamos a fonte da Confederação Nacional do Setor Cooperativo Alemão, DGRV de 2013, considerando as cooperativas singulares, centrais e bancos cooperativos, é possível notar uma grande discrepância entre o Brasil e outros países da América Latina no que diz respeito ao cooperativismo financeiro. Enquanto o Brasil possuía 1193 cooperativas, ativos de US\$ 70 bilhões, empréstimos de US\$ 32 bilhões e 7 milhões de associados, a Colômbia, em comparação, possui apenas 194 cooperativas, ativos de US\$ 7,7 bilhões, empréstimos de US\$ 4,8 bilhões e 2,4 milhões de associados. (Meinen & Port, 2014).

Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro - COOP, a atitude construtiva colabora para a integração entre Brasil e Colômbia, podendo esta, ser construída sob diversos pontos, como a permuta de saberes e experiências, a busca pela melhoria dos recursos financeiros e aprimoramento e acesso às tecnologias, usando projetos coletivos, produzindo vantagens recíprocas, com agregação de valor aos produtos e serviços, aumentando abertura de inserção no mercado. O cooperativismo é uma prática que visa a união e colaboração entre pessoas com objetivos comuns. É uma forma de organização que busca a autonomia e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. No contexto Brasil e Colômbia, a integração como prática construtiva do cooperativismo é fundamental para o fortalecimento e desenvolvimento dos setores econômicos e sociais.

Prebisch (2000) idealiza um "sistema econômico latino-americano" como mecanismo para fortalecer a industrialização, e a integração econômica regional desempenha um papel crucial nesse processo, favorecendo uma industrialização voltada

para exportação. Nesse contexto, a cooperação econômica entre os países latino-americanos emerge como uma questão fundamental na teoria do desenvolvimento econômico. Torres (2008) complementa essa perspectiva ao destacar que as cooperativas têm um papel crucial no desenvolvimento local, mantendo recursos nos municípios e investindo em ações sociais e educacionais.

No Brasil e na Colômbia, a política de microfinanças, em especial o microcrédito, é utilizada como estratégia para impulsionar a economia, diminuir a pobreza e promover a inclusão bancária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico desses países. (Torres, 2008).

Em suma, a integração como prática construtiva do cooperativismo entre Brasil e Colômbia desempenha um papel fundamental no fortalecimento dos setores econômicos e sociais desses países, através da colaboração e da troca de experiências.

Considerações finais

Essa revisão bibliográfica é fundamental para embasar e contextualizar a integração como prática construtiva do cooperativismo entre Brasil e Colômbia. A eficácia das políticas públicas para o cooperativismo rural no Brasil e na Colômbia pode ser analisada sob diferentes perspectivas e variáveis.

Deve-se ressaltar que a efetividade dessas políticas depende de fatores como histórico, estrutura institucional, características fundiárias e do sistema financeiro. Tais políticas são diversas, que refletem as diferenças nos contextos socioeconômicos, estruturas agrícolas e legislação aplicável, uma vez que ambos os países estão empenhados em promover o desenvolvimento de cooperativas agrícolas, as abordagens podem diferir.

Apesar disso, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na implementação dessas políticas e no acesso ao crédito nas áreas rurais. Burocracia, falta de capacitação técnica dos produtores e falta de recursos financeiros são alguns dos maiores entraves que o país ainda enfrenta, além disso, a concentração fundiária, a desigualdade social e a falta de infraestrutura rural também limitam a eficácia das políticas públicas e do crédito rural (Silva & Gujansky, 2015). Todavia a Colômbia conta com políticas de crédito público e rural destinadas a fortalecer o setor agrícola e reduzir a pobreza rural. O governo colombiano implementou programas que visam melhorar as condições de vida dos agricultores e aumentar a produtividade rural (Arciniegas, 2019).

Embora haja os esforços, a eficácia das políticas públicas e do crédito rural na Colômbia enfrenta desafios, dentre eles a falta de serviços financeiros e de assistência técnica, a violência e os conflitos armados e as deficiências de infraestrutura e capacidade de gestão são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores colombianos (Martínez-Cruz & Castillo-Murillo, 2019).

Desta maneira, no Brasil e na Colômbia, as políticas públicas e o cooperativismo têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento do setor agrícola e na redução da pobreza rural. No entanto, é necessário fortalecer ainda mais essas iniciativas, superar os desafios existentes e implementar estratégias que promovam a igualdade de acesso dos agricultores a recursos financeiros adequados e assistência técnica e assim, esse "sistema econômico latino-americano" surge para fortalecer os processos de industrialização e a integração econômica regional, sendo a cooperação econômica entre os países da América Latina crucial para o desenvolvimento econômico da região.



DECLARAÇÕES

Financiamento

A autora declara que esta pesquisa não recebeu financiamento específico de agências de fomento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

Conflito de interesses

A autora declara não possuir conflitos de interesses de natureza financeira, pessoal, institucional ou de qualquer outra natureza que possam ter influenciado o desenvolvimento ou os resultados deste estudo.

Disponibilidade de dados

Os dados que fundamentam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação razoável ao autor correspondente, respeitadas as limitações éticas, legais e de confidencialidade aplicáveis.

Declaração sobre o uso de inteligência artificial generativa

A autora declara que não utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa na elaboração, análise, interpretação ou redação deste manuscrito.

Referências

- Andrade Restrepo, L. M. (2022). Las finanzas éticas y solidarias y las organizaciones que las fomentan en el mundo. *Cooperativismo y Desarrollo*, 10(1), 113–128.
http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2310-340X2022000100113&lang=pt
- Arciniegas, J. (2019). Políticas de crédito rural: Um enfoque desde la economía política. *Cuadernos de Administración*, 32(58), 93–117.
- Bialoskorski Neto, S. (2016). Efetividade de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil: Uma análise do Pronaf. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(3), 449–472.
- Braga, M. B., & Figueiredo, A. G. de B. (2022). Integração e desenvolvimento econômico da América Latina: Uma interpretação das contribuições de Celso Furtado. *Revista Tempo do Mundo*, (30).
<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/421/363>
- Brasil. (1971). *Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm
- Brasil. (2009). *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
- Brasil. (2010). *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm
- Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2019). *Portaria nº 129, de 4 de julho de 2019*.
<https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Documentos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/UTE/Portaria%20MAPA%20n%C2%BA%20128%20de%2004%20de%20julho%20de%202019.pdf>
- Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2017). *Cooperativismo no Brasil: Uma história de sucesso*.

- Brasil. Ministério da Educação. (n.d.). *Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)*. <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20742-comunidade-dos-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac>
- Campos, F. B., & Mattos, C. F. (2014). Cooperativismo rural: Conceito, características e impactos socioeconômicos. *Revista de Economia Agrícola*, 61(1), 15–35. <https://www.scielo.br/j/resr/a/VvX4KvF4jyLkrnJtqxnPCYc/?lang=pt>
- Cançado, A. C., Vieira, N. S., Cançado, A. C., & Gontijo, M. G. (2011). Análise dos resultados obtidos pela metodologia dos indicadores de incubação de cooperativas populares em empreendimentos solidários do Bico do Papagaio/TO. *Revista Alcance*, 18(4), 516–535.
- Colômbia. Congreso de Colombia. (1988). *Ley 79 de 1988*. <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=921>
- Colômbia. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. (2011). *Informe de gestión 2000–2010*. https://www.dane.gov.co/files/control_participacion/rendicion_cuentas/informe_congreso_10.pdf
- Cortez, J. W., & Lobo, L. A. R. (2015). Cooperativismo agropecuário no Brasil: Aspectos históricos e principais desafios. *Informações Econômicas*, 45(3), 11–19. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/119599/a-agropecuaria-no-contexto-do-cooperativismo-historia-e-compromisso-de-desenvolvimento>
- Departamento Nacional de Planeación. (2019). *Plan Nacional de Desarrollo 2018–2022: Pacto por Colombia, pacto por la equidad*. <https://2022.dnp.gov.co/DNPN/Paginas/Plan-Nacional-de-Desarrollo.aspx>
- Fernandes, B. C., & Carvalho, A. S. (2015). O cooperativismo rural no Brasil e na Colômbia: Um estudo comparativo. *Revista de Gestão e Secretariado*, 6(3), 29–46.
- Figueiredo, A. G. de B., Gremaud, A. P., & Braga, M. B. (2023). A integração latino-americana: Da identidade à estrutura econômica. *Revista USP*, (136), 13–36. <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/12884/2562>
- Fornazier, A., & Waquil, P. D. (2013). A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: O caso da produção de maçã na Serra Catarinense. In M. A. Conterato et al. (Orgs.), *Mercados e agricultura familiar: Interfaces, conexões e conflitos*. Via Sapiens.
- Franco, F. F., & Pereira, A. B. (2015). Cooperativismo rural: Um estudo de caso da Cooperativa Agropecuária de Uberlândia. *Revista Científica Hermes*, 6(1), 91–104. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13830>
- Freitas, A. F. (2021). *Cooperativismo, agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar: Reflexões para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável*. Editora Asa Pequena.
- Fundación Colombiana de Facilitadores en Cooperativismo. (2017). *Política nacional para el fomento y desarrollo del cooperativismo y de la economía solidaria en Colombia*.
- González, A. C., & Rojas, R. A. (2014). *Cooperativas agropecuarias en Colombia: Panorama general y situación actual*. Universidad Nacional de Colombia.
- Lúcio, C. G. (2007). O cooperativismo rural e a agricultura familiar no Brasil: Condições

- atuais e perspectivas. In *Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 15: Sociologia Rural*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Martínez-Cruz, C., & Castillo-Murillo, E. (2019). Política agraria en Colombia: Análisis de la estructura y función del contacto institucional en el sector agropecuario. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, (83), 329–353.
- Meinen, Ê., & Port, M. (2014). *Cooperativismo financeiro: Percurso histórico, perspectivas e desafios*. Confebras. <https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Cooperativismo-Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf>
- Morales, J. C. (2017). Cooperativas agrícolas y desarrollo rural en Colombia. *Revista Ciencias de la Administración*, 1(1), 25–42.
- Narváez, D. G. (2012). *El cooperativismo agropecuario en Colombia: Evolución y perspectivas*. Fedegro.
- Nied, S., Forgiarini, D. L., & Alves, C. N. (2022). O entendimento sobre cooperativismo pelos associados em uma cooperativa de crédito. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 9(17), e5, 1–20. <https://doi.org/10.5902/2359043264423>
- Oliveira, F. R., Santos, E. A., & Neris, G. M. (2013). Cooperativismo rural no Brasil: Histórico, evolução e desafios. In *Anais do 33º Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. ENEGEP. <https://www.scielo.br/j/resr/a/VvX4KvF4jyLkrnJtqxnPCYc/?lang=pt>
- Portal do Cooperativismo Financeiro. (n.d.). *Cooperativismo de crédito na Alemanha: DGRV Alemanha*. <https://www.cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/cooperativismo-de-credito-na-alemanha/dgrv-alemanha/>
- Prebisch, R. (2000). O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais. In R. Bielschowsky (Org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (Vol. 1, pp. 69–136, 347–371). Record.
- Ribeiro, L. E. (2016). Cooperativas agropecuárias no Brasil: Breve histórico e papel na economia. *Revista de Política Agrícola*, 25(2), 20–31. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11412/1/cooperativismo_dinamica_economica_cap11.pdf
- Silva, M. R. da, & Gujansky, I.-A. (2015). As políticas de desenvolvimento rural e o cooperativismo agrícola no Brasil: Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 5(2), 219–241.
- Torres, T. M. M. (2008). *Analysis the practices of micro credits: Study comparative of the cases Credimur in Brazil and Coopsocial in Colombia* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/1919/1/texto%20completo.pdf>
- Vargas, A. (2014). Cooperativismo agrario en Colombia: Un análisis de su estructura y papel en el desarrollo rural. *Revista de Economía Institucional*, 16(30), 295–318.